



O IMPÉRIO CHEGA AO FIM

Ao final da década de 1880, o governo imperial perdia o apoio dos mais vastos setores da sociedade: militares, religiosos, políticos, intelectuais e os grandes proprietários do café. Tais setores lutavam pela modernização do país, a qual acreditavam estar na república. Os grandes proprietários tradicionais, principalmente do Nordeste, também estavam descontentes com D. Pedro II, pois este havia libertado os escravos sem pagar nenhuma indenização.

A insatisfação dos militares para com a Monarquia foi de encontro com os interesses – pelos menos naquele momento – dos republicanos evolucionistas: implantar a república pela força, não do povo, mas do Exército.

Aliados, evolucionistas e militares passaram a preparar o golpe para derrubar a Monarquia. Com o agravamento da crise política, o Governo Imperial tentou implantar reformas para contornar a situação. Procurou atender os setores insatisfeitos e ao mesmo tempo manter-se no poder.

A crise do Império era irreversível. Manifestações populares de repúdio ao aumento do custo de vida vinham ocorrendo desde o fim da década de 1870 e começo da de 1880. A mais importante foi a Revolta do Vintém, contra o aumento das passagens de bonde do Rio de Janeiro.

Ninguém acreditava num Terceiro Reinado. A inabilidade política da Princesa Isabel e a péssima fama do seu marido, o Conde D'Eu, contribuíam para isso. Os republicanos moderados estavam só esperando o falecimento de D. Pedro II. O que não devia demorar muito, pois os boatos diziam que o velho imperador estava cheio de doenças.

A oposição à monarquia era cada vez maior. Revelava-se tanto pelas críticas dos jornais como pelas manifestações militares e republicanas. Criticava-se principalmente o autoritarismo de D. Pedro II, exercido por meio do Poder Moderador. Também era de conhecimento geral que a saúde de D. Pedro o incapacitava de seguir governando o país. Todos o achavam senil.

Foi nesse clima de agitações que se instituiu o novo gabinete de ministros do Império, chefiado por Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto.

Afonso Celso era membro do Partido Liberal, com fortes convicções conservadoras, e iniciou, em junho de 1889, um programa de reformas que promovia a liberdade de culto, propunha maior autonomia para as províncias e diminuía as funções do poderoso Conselho de Estado.

- ampliação da representação, considerando-se como prova de renda legal o fato de o cidadão saber ler e escrever, desde que provasse o exercício de qualquer profissão lícita e estivesse no gozo dos direitos civis e políticos;
- plena autonomia dos municípios e nomeação dos presidentes e vice-presidentes sob lista organizada pelo voto dos cidadãos alistados, mantendo-se o sistema de alistamento vigente;
- liberdade de culto;
- temporalidade do senado;
- liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento;
- máxima redução possível dos direitos de exportação;
- lei de terras que facilitasse sua aquisição, respeitando os direitos dos proprietários;
- redução de fretes e desenvolvimento dos meios de rápida comunicação de acordo com um plano previamente assentado;
- elaborar um Código Civil;
- conversão da dívida externa, amortização do papel-moeda. Equilíbrio da receita pública com as despesas, pelo menos ordinárias. Fundação de estabelecimento de emissão de

crédito, especialmente dedicado ao estímulo da produção;
k) propunha ainda, a reforma do Conselho de Estado, retirando-lhe o aspecto político e conservando apenas o caráter administrativo.

As propostas de reforma foram rejeitadas pela Câmara, que se mostrou temerosa diante delas.

A Câmara foi dissolvida, sendo convocada outra, que deveria reunir em sessão extraordinária no dia 30 de novembro daquele ano. Essa Câmara jamais se reuniu.

Entre junho e começo de novembro de 1889, vários novos atritos entre os militares e o ministério aumentaram a tensão política.

Nos dias 08 e 09 de novembro, o Clube Militar, reunido sob a chefia de Benjamim Constant, articulou um movimento armado para a derrubada da monarquia. Vários civis – tais como Quintino Bocaiuva e Rui Barbosa – representantes dos republicanos moderados foram convidados a participar da conspiração. A chefia foi dada ao Marechal Deodoro da Fonseca.

Deodoro nunca tinha abraçado com entusiasmo a causa republicana, mas se voltava contra o Império porque este não reconhecia o novo papel do Exército na política brasileira. No mês anterior, havia sido espalhado um rumor de que o Império planejava afastar as tropas do Rio de Janeiro, substituindo-as pela Guarda Nacional, com o objetivo de garantir a transição para o terceiro reinado. Isso irritou ainda mais o velho militar.

Silva Jardim, líder do setor mais popular do movimento republicano, entrou em choque com Quintino Bocaiuva, que pretendia manter as forças populares afastadas das ações contra o Império.

Boatos afirmando que o Marechal Floriano Peixoto havia prendido Deodoro da Fonseca precipitaram os acontecimentos. Na tarde de 15 de novembro de 1889, as tropas cercaram o edifício do Ministério e depuseram o ministro Afonso Celso. O Império esboçou ainda uma resistência, mas os agitadores, como Silva Jardim, mantinham a população atenta, realizando comícios. Uma parcela da população ocupou a Câmara Municipal, e José do Patrocínio proclamou o fim da monarquia e o estabelecimento da República. O Marechal Deodoro da Fonseca foi reconhecido como líder do novo governo e, na manhã do dia seguinte, assinou o primeiro ato, proclamando, oficialmente, a República. O Império chegava ao fim.

No dia seguinte, a Nação foi informada dos acontecimentos pelo Manifesto assinado pelo Governo Provisório da República: “Concidadãos! O povo, o Exército e a Armada Nacional acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo. Como resultado desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um Governo Provisório, cuja função principal é garantir, com a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos”.

Assim, concretizou-se a proposta dos republicanos evolucionistas: a República foi proclamada sem conflitos e sem a participação popular. Nas ruas, a população não entendeu direito o que acontecia. A boataria rolava solta e ninguém sabia ao certo o que significou aquela ‘parada militar’. Machado de Assis, chegou a escrever que “nada se mudaria. O regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. (...) No sábado, ou quando muito, na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a Constituição”.

É importante notar que a instalação da república brasileira não contou com o apoio das classes populares, justificando uma frase famosa de um jornal da época: “... E o povo assistiu bestificado”.

D. Pedro II, que estava em Petrópolis, ainda esboçou uma reação, mas já era tarde demais.

Verdadeiramente, era o fim.

E o povo assistiu bestificado...